

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.749 - PT (2019/0188370-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LEIRIA - JUIZO
LOCAL CRIMINAL DE PORTO DE MÓS
INTERES. : ALVARO MONTEIRO PEDROSO JACINTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de ALVARO MONTEIRO PEDROSO JACINTO de decisão que, em virtude da sentença que o condenara pela prática do crime de insolvência dolosa, fixou pena de multa, com a advertência de que, caso não seja paga, será convertida em prisão subsidiária.

A intimação prévia foi recebida por terceiros, conforme o documento postal de fls. 20-21. Transcorreu *in albis* o prazo para oferecimento de impugnação (fl. 22).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de representante do interessado, apresentou impugnação às fls. 26-31. Requereu os benefícios de justiça gratuita e a própria intimação para acompanhar o presente feito, contando-se em dobro todos os prazos. Alegou o descumprimento das formalidades do devido processo legal, em evidente ofensa à ordem pública, diante da ausência de intimação pessoal do interessado, da deficiência na instrução da rogatória e da incompatibilidade da pena aplicada com o ordenamento jurídico brasileiro.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 33).

É o relatório. Decido.

Defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.

A alegada incompatibilidade da pena aplicada pela Justiça portuguesa é questão que se refere ao mérito da demanda em curso no Juízo rogante, transcendendo os limites estabelecidos no art. 216-Q, § 2º, do RISTJ, o que impede seu exame pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

No que se refere à ausência de mandato conferido ao advogado, também

Superior Tribunal de Justiça

sem razão a parte impugnante, pois a exigência aplica-se apenas às cartas rogatórias ativas, hipótese que não é a dos autos.

O STJ considera que, nas cartas rogatórias passivas, não há obrigatoriedade de juntada de cópia da procuração outorgada pela parte autora a seu advogado (AgRg na CR n. 2.116/US, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 6/8/2007.)

Com relação à alegada ausência do carimbo do cônsul brasileiro, cabe esclarecer que a comissão foi encaminhada pela via diplomática, o que presume a autenticidade dos documentos. A tramitação oficial dispensa a chancela consular e, nos presentes autos, os documentos que acompanham a comissão permitem a compreensão da controvérsia, não havendo comprometimento do direito de defesa.

Por fim, a intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária da Bahia, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 90 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente